



## **BRINCO, FANTASIO, MUDO DE NOME E TRANSGRIDO PARA BRINCAR: EXPERIÊNCIAS BRINCANTES DE CRIANÇAS SOB A ÉGIDE DA PROTEÇÃO INTEGRAL<sup>1</sup>**

### **I PLAY, FANTASIZE, CHANGE NAMES AND TRANSGRESS IN ORDER TO PLAY: CHILDREN PLAYING EXPERIENCES FOR FULL PROTECTION**

**Sonia Cristina Oliveira<sup>2</sup>; Cleomar Ferreira Gomes<sup>3</sup>**

Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil

#### **Resumo**

Este estudo é a respeito de algumas reflexões sobre a infância, em especial das brincadeiras das crianças institucionalizadas. Remete questões sobre institucionalização da infância, o desafio das instituições para implementação de práticas balizadas nas diretrizes do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a percepção de quem são as crianças institucionalizadas, as experiências lúdicas das crianças e as estratégias utilizadas para suportar a separação e a sensação de abandono. Igualmente, partilha a ideia de que as práticas consideradas como próprias das crianças, desde as normas, representações, obrigações e modos de se relacionar com seus pares e adultos, foram notáveis recentemente na Modernidade e quatro fatores são importantes nesse processo de estruturação. O primeiro é a criação da escola pública no final do século XVIII; segundo, a reorganização de família nuclear que aos poucos abarcou as outras formas de agrupamento familiar tais como o clã, a família alargada, poligâmica e outras; terceiro, a produção de um conjunto de saberes institucionalizados, saberes periciais; sobre a *criança normal* associada a um conjunto de prescrições, de natureza médica, psicológica, pedagógica e comportamental, por último, a administração simbólica da infância com definição, implícita e explícita, de regras de inclusão, interdição, compulsão e reconhecimento das crianças. A infância é reconstruída na Modernidade por meio de dispositivos institucionais, como a escola, a família e a justiça. E, finalmente, algumas reflexões a respeito das brincadeiras e da infância. Historicamente cunhamos uma infância irregular, invisível, frágil a tal ponto que não é capaz até mesmo de brincar, sendo necessária extrema vigilância. Esta infância atravessada por negatividade, de

---

<sup>1</sup>Este trabalho possui olhares da pesquisa em andamento numa instituição de acolhimento em Mato Grosso, denominada "Brincadeiras de crianças abrigadas" na pós-graduação em Educação da UFMT.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, na linha de Pesquisa Culturas Escolares e Linguagens. Mestrado em Educação pela UFMT (2006). Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/Cuiabá/MT, psicóloga efetiva com atuação no atendimento e pesquisa de adolescentes em conflito com a lei. oliveira.sonia@terra.com.br

<sup>3</sup> Professor-pesquisador da Faculdade de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. E-mail: gomescleo@yahoo.com.br.



fato não quer ter visibilidade, prefere o anonimato. Entretanto a infância considerada na SI (Sociologia da Infância) requer um olhar diferenciado e transformador. Um olhar atento a suas necessidades e desejos, isso requer um grande desafio dentro da instituição, pois pressupõe significativas mudanças nas práticas. Um olhar que busque além do que simplesmente vê, mas que seja capaz de compreender seus sonhos e imaginação. Cumprir plenamente seus direitos com prioridade absoluta.

**Palavras-chave:** Infância; Crianças abrigadas; Brincadeiras; Jogos.

### **Abstract**

This study focuses on some reflections about childhood, particularly about games of institutionalized children. It is related to questions of childhood institutionalization, the challenge for the institutions to implement practices based on the guidelines of ECA (the Brazilian statute of children and adolescents), the perception of who institutionalize children are, children's playing experiences and the strategies used to deal with separation and the sense of abandonment. It also shares the idea that practices considered typical of children, such as rules, representations, obligations and ways of relating with peers and adults are notably recent, from Modernity, and four factors are important in the process of structuring. The first is the creation of public schools in the late eighteenth century, and the second is the reorganization of the nuclear family that gradually encompassed other forms of family reunification, such as the clan, the extended family, the polygamous family and others. The third factor is the production of an institutionalized set of knowledge about *normal child* associated with a set of medical, psychological, educational and behavioral prescriptions. Finally, the last factor is the symbolic administration of childhood with implicit and explicit definition of inclusion, interdiction, compulsion and recognition rules for children. Childhood is reconstructed in Modernity through institutional arrangements such as school, family and justice. And, finally, the study brings some thoughts about playing and childhood. Historically, an irregular, invisible, fragile (to the point that it is not even able to play, requiring extreme vigilance) childhood was coined. Actually, this childhood crossed by negativity does not want to be visible, as it prefers anonymity. However, the childhood considered in Sociology of Infancy requires a different and changing look. A close look at their needs and desires requires a major challenge within the institution because it presupposes significant changes in practices. A look that seeks more than it is able to see, that understands their dreams and imagination, fulfilling their rights with top priority.

**Key words:** Childhood; sheltered children; playing; games.



## BRINCO, FANTASIO, MUDO DE NOME E TRANSGRIDO PARA BRINCAR: EXPERIÊNCIAS BRINCANTES DE CRIANÇAS SOB A ÉGIDE DA PROTEÇÃO INTEGRAL

### Considerações iniciais

*Era uma vez um menino, de cinco anos, que vivia numa instituição de acolhimento, certo dia, algumas pessoas visitavam a instituição, uma delas perguntou para o menino, qual seu nome? Rapidamente ele respondeu outro nome que não era o seu, na sequência contou algumas histórias sobre os funcionários, foi repreendido por conta da “mentira”, mas não retirou o nome fantasia que deu a si próprio<sup>4</sup>.*

Este episódio teve vários desdobramentos para o menino com advertência verbal e ameaças de que poderia perder algum privilégio, como por exemplo, um passeio. Alguns orientadores<sup>5</sup> me contaram este episódio “mentiroso”, segundo eles, por parte do menino que mentiu o nome e levantou calúnias sobre os funcionários. Ouvi atentamente todos e passei a pensar nesta “brincadeira” da criança, logo me fez relacionar ao filme *O contador de história*<sup>6</sup>, que na sua imaginação e fantasia o menino podia distanciar-se de sua realidade contando histórias fantásticas.

No contato e proximidade com um episódio dessa natureza, algumas interrogações surgem, sendo uma delas a história da institucionalização da infância<sup>7</sup>, o desafio das instituições para implementação de práticas balizadas nas diretrizes do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a percepção de quem são as crianças institucionalizadas, as experiências lúdicas das crianças e as estratégias utilizadas para suportar a separação e a sensação de abandono.

Essas questões estão ligadas a emergência histórica da ideia de infância que é muito recente, e desponta enleada com a constituição de organizações sociais para as crianças. Disso decorre a institucionalização e a ideia de infância na Modernidade.

Na Idade Média, as crianças foram consideradas como seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial, pertenciam ao universo e aposentos femininos até serem integradas na vida adulta. Crianças sempre existiram, entretanto, nem sempre houve infância, uma categoria social de estatuto próprio.

---

<sup>4</sup> Esta fala faz parte da coleta de dados do trabalho de pesquisa de doutorado, em andamento numa instituição de acolhimento em Mato Grosso, denominada “Brincadeiras de crianças abrigadas” na pós-graduação em educação da UFMT. Todas as falas são anônimas por questões éticas e proteção da criança.

<sup>5</sup> Funcionários (homem ou mulher) responsáveis pela rotina das crianças. São cuidadores que as crianças denominam de tio e tia.

<sup>6</sup> Filme: O Contador de Histórias. Diretor: Luiz Villaça. Duração: 100 min. Ano: 2009. País: Brasil. Gênero: Drama.

<sup>7</sup> Consultar Sarmiento (2011, 2012).



As práticas consideradas como próprias das crianças desde as normas, representações, obrigações e modos de se relacionar com seus pares e adultos foram notáveis na modernidade, quatro fatores são importantes nesse processo de estruturação<sup>8</sup>.

O primeiro é a criação da escola pública no final do século XVIII, com frequência obrigatória a partir da 1ª metade do século XIX, atualmente constitui-se como o espaço institucional de pertença das crianças; segundo, a reorganização de família nuclear que aos poucos abarcou as outras formas de agrupamento familiar tais como o clã, a família alargada, poligâmica e outras. Este modelo nuclear se sobressai como o espaço ideal de vínculo e pertencimento da criança; terceiro, a produção de um conjunto de saberes institucionalizados; saberes periciais; sobre a *criança normal* associados a um conjunto de prescrições, de natureza médica, psicológica, pedagógica e comportamental, com destaque para a ideia de criança como ser biopsicológico em processo de maturação e crescimento; e por último, a administração simbólica da infância com definição, implícita e explícita, de regras de inclusão, interdição, compulsão e reconhecimento das crianças. A infância é reconstruída por meio de dispositivos institucionais, como a escola, a família e a justiça.

A visão da infância como *falta, incapaz* ilumina a trajetória pedagógica e os discursos filosóficos e saberes da Modernidade, com ideias de que as crianças são passivas, merecedoras de socialização e incapazes de falar, conforme a visão *Durkheimiana*.

Com base nas ideias pré-concebidas sobre infância *passiva, sem fala, imatura, vir-a-ser* e outros predicados, a sociologia tradicional deixou as crianças silenciadas. A partir desta constatação, a Sociologia da Infância (SI) inicia a tarefa de pensar e construir a infância de modo conceitual, metodológico e prático diferente. Isso implica ouvir a crianças e considerá-la a partir do que ela tem e não do que lhe falta, como presença e não como ausência; como afirmação e não como negação, como força e não como incapacidade.

A partir desta visão a SI tem grafado na literatura nos últimos tempos, que as crianças são sujeitos sociais porque interagem com as pessoas e as instituições, reagindo frente aos adultos, desenvolvem estratégias de luta e participam no mundo social. Em outros termos, as crianças participam coletivamente na vida social e são delas personagens ativos e não meramente espectadores, por isso devem ser estudadas e consideradas pelos seus próprios méritos, e assim romper com a relação de poder do adulto sobre elas, que como ator social, adquirem voz para assimilação e interpretação do mundo que habita.

Este discurso e modelo de infância ainda não encontraram vez e voz nas instituições. Com o intento de cuidar, proteger e socializar, o século XXI aprisionou a criança em casa, na escola e nas instituições jurídicas. As escolas possuem muros cada vez mais altos para segurança, em detrimento de

---

<sup>8</sup>Consultar Sarmiento (2002, 2004, 2011)



parques, brinquedos e espaços para brincadeiras, a justiça aprisiona para proteger, desta última institucionalização daremos maior destaque.

Para Nascimento, Lacaz e Alvarenga Filho (2010) historicamente, dois momentos são importantes antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), primeiro: o decreto nº 17.943-A, de 1927, conhecido como Código Mello Mattos, que vigorou no país durante 52 anos, passou por algumas alterações, porém sem ser modificado em seu caráter higienista e repressor, sendo característica importante a *higienização* da sociedade. Entre seus preceitos o código tratava do menor, de um ou outro sexo, *abandonado ou delinquente*, que com menos de 18 anos de idade, poderia ser submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção, era uma norma específica a uma parcela da sociedade, para os pobres. Mesmo assim, esse código foi pioneiro em alguns assuntos, como o tratamento diferenciado para *menores infratores* proibindo o seu internamento em prisão comum, ficando evidente o interesse do Estado em tirar das vistas da sociedade os menores. O segundo momento histórico ocorre em 1979 quando foi substituído pela lei nº 6.697 com a justificativa de que não mais condizia com o período político e social do país, deste modo o novo Código de Menores dispunha sobre a assistência, proteção e vigilância dos menores de 18 anos e entre 18 e 21 anos. A partir desse novo código, os menores deixariam de ser titulados de acordo com a sua situação de carente, delinquente, abandonado, e outras caracterizações e passariam a enquadrar o grupo dos *menores em situação irregular*.

De acordo com o Código estava em *situação irregular* o menor privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de falta, omissão ou impossibilidade dos pais ou responsável; vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; em perigo moral, devido a encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; autor de infração penal. Bombarda (2010, p.4)

[...] essa legislação tem por base a lei 4.513/64, que estabelecia a Política do Bem Estar do Menor, que tinha como principal objetivo a substituição do enfoque correccional-repressivo, até então sendo empregado pelo Serviço de Assistência ao Menor (SAM), pelo enfoque assistencialista, que seria dado através da Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (FUNABEM). Busca-se com isso que o menor não seja mais visto como uma ameaça social, mas sim como uma pessoa carente. Assim, conseguimos entender a ideia da marginalização da pobreza e o forte enfoque dado pelo Código de Menores (lei 6.697/79) a falta de capacidade das famílias em manterem seus filhos, estava aí, delineada a Doutrina da Situação Irregular do Menor [...]



Frente às inúmeras críticas, a queda do regime ditatorial e a promulgação da Constituição de 1988, era preciso urgente mudança na lei de infância, o Código de Menores foi suprimido, e substituído pelo ECA (lei nº 8.069/1990), isso imprime uma mudança no panorama nacional e internacional dos direitos das crianças e dos adolescentes, fortalece a ideia de respeito a especificidade e contexto social que as crianças e os adolescentes estavam inseridos.

Ocorre uma importante mudança na compreensão de guarda e proteção de crianças e adolescentes [...] antes com base no antigo Código de menor, que, por diferentes critérios de verdade, diferentes situações entendidas como inapropriadas não podiam viver com seus familiares. Antes [...] a internação acontecia nas chamadas instituições totais, locais onde as crianças e jovens, frequentemente, permaneciam por muitos anos, chegando mesmo a completar a maioridade dentro do estabelecimento. O Estatuto propôs o rompimento com essa lógica, pensando a política de abrigamento sob o viés da **proteção integral, que prioriza a preservação dos vínculos familiares, o atendimento personalizado e em pequenos grupos, o não desmembramento de grupos de irmãos** e a necessidade de integração com a comunidade local. (NASCIMENTO; LACAZ; ALVARENGA FILHO, 2010. p.51 (grifo nosso))

Entretanto, essa intenção inovadora proposta no Estatuto, passado mais de duas décadas, o Estado não conseguiu competentes mudanças, a proposta não adentrou plenamente os muros de muitos abrigos de acolhimento, os quais convivem com práticas e ações similares aos orfanatos/instituições de atendimento em grande escala, ou seja, não conseguiram ultrapassar as velhas práticas e implantar novas formas de relacionamento, acolhimento e cuidado no cotidiano da infância.

Com o advento do ECA crianças e adolescentes passam a ser considerados como *sujeitos de direitos*, não sendo mais consideradas *objetos de proteção*, ou seja, não mais como *menores* a disposição da ação do poder público, em casos de abandono e/ou delinquência, passíveis de medidas assistencialistas, segregadoras e repressivas como previa nos Códigos de Menores de 1927 e 1979. O ECA propõe que as crianças e adolescentes antes vistas como *portadores de carências* sejam *cidadãos, sujeitos de direitos*.

O discurso jurídico com base no ECA transborda de palavras como *prioridade absoluta, proteção integral, sujeito de direitos, priorizar a preservação dos vínculos familiares, atendimento personalizado e em pequenos grupos, etc.* Quando nos deparamos com essas palavras *iluminadas* salta a esperança de que podemos encontrar a criança pensada na SI da infância no interior das instituições; conforme já dito; crianças vistas como sujeitos sociais que interagem com as pessoas, instituições e com os adultos, desenvolvem estratégias e participam no mundo social. Uma vez que as crianças participam coletivamente da sociedade e são dela personagens ativos



e não meramente espectadores, são atores sociais, que adquirem voz e são credoras de direito.

O modelo de *prioridade absoluta, proteção e sujeito de direito* previsto no ECA, implica superar o discurso construído em especial no Direito, da visão *menorista* e da *situação irregular*, que imprime uma prática opressiva que afetou em especial a infância pobre, filho das classes populares; que merecia ser disciplinado e controlado. Superar esse olhar opressivo, disciplinador e controlador ainda está longe da realidade das instituições de acolhimento.

A visão atual de cidadania sobre a infância requer respeito à identidade, atendimento personalizado, olhar atento as suas necessidades e particularidades, isso implica escuta e ações singulares com respeito às diferenças.

A realidade em algumas instituições de acolhimento ainda prima por espaços com elevado número de crianças, rotinas que não respeitam a individualidade, seja exemplo, as crianças não possuem objetos pessoais, tais como gavetas para seus pertences, roupas, calçados, produtos de higiene, copo para tomar água (todas usam o mesmo copo, muitas vezes em fila) sem deferência a questões de higiene e construção de autonomia. Estas e outras formas de atendimento caracterizam ausência de cumprimento da lógica prevista no ECA para abrigo de proteção e acolhimento, igualmente, total desrespeito a dignidade das crianças<sup>9</sup>.

Com relação à autonomia, na tentativa de conquistar o “seu espaço” algumas crianças exercitam o seu protagonismo, com uma conotação de “transgressão”, como por exemplo, um garoto, que escondeu alguns livros que ganhou na escola, num buraco de ar condicionado.

As crianças que vivem nos abrigos de acolhimento, são sempre vítimas de abandono, negligência, violência física e psicológica. Elas não cometeram violência – foram violentadas. Os abrigos de regime de trabalho de plantão passam o dia com uma equipe de profissionais e cuidadores e amanhecem com outros cuidadores. São crianças que vão para a escola e ao final do dia não possuem um vínculo afetivo para receber e levar para casa. Vivem sob a tensão da possibilidade de adoção ou retorno para a família. Vivem num *lar* – que na verdade é uma instituição com normas rígidas para obter o controle num espaço físico com muitas crianças. Seus cuidadores têm vínculos profissionais, em detrimento das crianças que têm desejos de serem amadas e acolhidas verdadeiramente, sentir que é alguém único e importante.

O desejo das crianças pautado em sonhos, fantasia e imaginação vão de encontro com a percepção que permeia, muitas vezes na instituição, de crianças rebeldes, desobedientes, que não merecem isso e aquilo, um cotidiano pautado de muitos não e faltas. Conforme pesquisa de Nascimento, Lacaz e Alvarenga Filho (2010, p.61) “*construção subjetiva instituída, que torna*

---

<sup>9</sup> Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento (2009-2010) diz que 52% dos abrigos funcionam sem equipe técnica para a efetivação da garantia à convivência familiar e comunitária. Consultar Oficina 23 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



*os abrigos locais de tristeza, de desafeto, de abandono, de vidas fracassadas*". Logo penso! Quem gostaria de ser visto e identificado vivendo em um lugar onde existem essas percepções subjetivas? Retomo a história contada no início deste trabalho. É preferível trocar de nome a dizer quem sou, pois a criança que vive na instituição não gostaria de ser, quer ser outra criança. Igualmente, "o contador de história", para conseguir suportar a realidade, é melhor contar histórias fantásticas e viver das fantasias.

Entretanto, nas instituições não existe espaço para a fantasia, algo tão singular no universo infantil, a instituição sempre interpreta e apresenta como "mentira" o que ela tenta comunicar do universo subjetivo, por isso são muito recorrentes as falas sobre as "mentiras" das crianças, igualmente, muito difícil fazer escuta da subjetividade, logo o que fica evidente é a culpabilização da criança.

A proposta do ECA encontra-se longe do cotidiano de alguns abrigos de acolhimento, estes surgem para proteger, entretanto, violam os direitos da infância. Ao mesmo tempo em que protegem da situação que motivou a separação da família, não cumprem a lei na implementação de uma instituição que respeite aspectos importantes como manter vínculos de irmãos, saber lidar com questões sobre sexualidade e transgressão, aspectos esses destacados na pesquisa de Nascimento, Lacaz e Alvarenga Filho (2010), pois o discurso construído em especial no Direito, segundo a pesquisa dos autores, diz que:

[...] a lei [...] não deu e não dá conta de mudar a multiplicidade de práticas que se configuram num plano micro do cotidiano, e, muitas vezes, permanecem ainda arraigadas e atravessadas pelos processos de trabalho que eram exercidos nos complexos de internação. (p.5)

De acordo com os autores, uma questão importante é considerar a herança do modelo repressor e punitivo exercido nos orfanatos e outras instituições para *menores* (apesar de já a época serem proibidos). Os castigos, punições físicas e maus tratos na prática não existem mais, inclusive, algumas instituições possuem vigilância com câmeras. Igualmente, as prescrições trazidas no ECA, fizeram com que a proibição do castigo fosse mais rigorosa, havendo mais vigilância e seriedade contra tais práticas. Por outro lado, as punições tornaram-se mais sofisticadas, criativas e sutis, o que não impede que elas ocorram em novas versões e formatos, são mais invisíveis. Os apelidos, exemplo, uma criança que não fala vira o *mudinho*, ameaças verbais em detrimento de diálogo, preferências, a contenção ao invés da liberdade e expressão de sentimentos.

Outra questão, que ainda atravessa as práticas nesse modelo massificado, é com relação à chegada das crianças na instituição, o número exorbitante não possibilita fazer acolhimento significativo, a cena mais recorrente, é a criança chegar e ser imposto a ela que deve se adaptar à rotina do grupo já estabelecida. As particularidades de cada criança, uma escuta mais qualificada das suas demandas não são favorecidas em um ambiente



superlotado. Mais uma vez evidencia-se o engessamento das práticas e o “remar contra a maré” das diretrizes técnicas calcadas nos princípios do ECA.

### **A experiência lúdica das crianças que vivem nos abrigos de acolhimento**

Neste contexto é muito importante considerar a experiência lúdica das crianças que vivem nos abrigos. Estes surgem e existem para proteger, entretanto, ironicamente aí reside a sutileza dos poderes na sociedade que imprime o controle, pois as mesmas práticas que almejam dar proteção são aquelas que corroboram para o cerceamento da liberdade e autonomia das crianças. (NASCIMENTO; LACAZ; ALVARENGA FILHO, 2010).

A brincadeira é uma atividade que requer liberdade. O brincar é uma das características essenciais das crianças, é uma forma de expressão fundamental. Segundo Caillois (1990) o jogo (brincadeira para nós) possui qualidades de ser *livre, delimitada, incerta, improdutiva, fictícia* por isso combina em si, as ideias de *limites, liberdade e invenção*, para este autor o jogo é uma atividade que significa liberdade, qualidade esta que muitas vezes vai de encontro com o ambiente de abrigo, local em que impera a relação de sujeição ao adulto, vigilância, excesso de interferência nas brincadeiras, tais como cuidado para não quebrar isso ou aquilo, não brincar na terra, menino não brinca com meninas, o que torna as brincadeiras muitas vezes desagradáveis e desinteressantes.

Quando há a interferência do adulto querendo mudar as regras da atividade de modo demasiado, as crianças perdem a motivação, uma vez que há por eleição, um afastamento das crianças, da presença dos adultos quando estão a brincar. Vejamos este episódio, extraído de pesquisa em andamento com um grupo de crianças entre 2 a 5 anos, em uma instituição de acolhimento para crianças que estão sob guarda do Estado por questões de abandono, maus tratos ou qualquer outro tipo de violência.

#### **EPISÓDIO – CASINHAS DE MENINOS E MENINAS**

Foram para o campo juntos os meninos (11) e as meninas (10). O tio falou que os meninos eram para ficarem separados das meninas. Imediatamente cinco meninas começaram a varrer, escolhem esse local, porque fica no canto do muro, onde a grama está seca e possui terra, o que possibilita fazer comida com a terra. As meninas ficaram ali varrendo (estavam se preparando para organizar a casa) logo chegou outra orientadora e disse: Por que vocês estão na terra fazendo essa poeira? Saiam já daí e vão brincar na grama. As meninas responderam: *brincando de casinha tia*. Ela mandou irem para o centro do campo que tinha grama. Observei que essa interferência acabou com essa casinha, as meninas perderam o interesse. Uma veio para perto de mim chateada e calada. Na sequência, a orientadora foi até um grupo de meninos, que estavam juntos brincando em outro canto do muro e disse: saiam daí, saiam daí. Existiam palhas de mato que foi usado pelas meninas para varrer, nas mãos dos meninos virou



espada. Um disse pra mim: *nóis tá brincando de luta, eu que mando*, e explicou: *quem morrer vai entrar outro* e assim estabeleceu a regra da brincadeira. Este menino comandou a brincadeira de luta. Depois ele disse: *eu ganhei a luta, entrou meu amigo na luta*. Ele corria de um lado para outro dizendo: *chegando um lutador, vem aqui amigos, vamos amigo*. Ele ia e voltava correndo e gritando: *está chegando um lutador, o meu amigo não quer vir mesmo lutar, vamos amigo lutar*, convidando os colegas para lutar. Eu me afastei um pouco e ele disse: *você não vai mais ver a luta?* Depois disse que a espada dele agora era uma varinha mágica e ia me transformar numa princesa. Saiu e voltou dizendo que foi na casa de um amigo. Depois disso foi brincar de casinha com outro grupo. Aproximei da casinha que já estava montada e com os personagens estabelecidos (desobedeceram a ordem de meninos e meninas ficarem separados). A casinha tinha pai, mãe, bebê. E todos estavam no papel. A bebê entrou no papel e chamava a coleguinha de mãe. O pai, o mesmo menino que comandava a luta. [...] saiu e chegou e disse: *aqui leite para nossa filha* — e acrescentou: *de mentirinha* quando levou na boca da colega para ela não beber água misturada com terra num frasco. A bebê deitou no chão dentro da casinha. O pai disse *vou fazer a comida, arroz, feijão e carne assada*. E acrescentou a mãe, e *amanhã cedo bolo*. O pai disse para mim: *você vai ser nossa filhinha maior*. E assim me incluiu na brincadeira. Em seguida me deu um dinheiro e mandou fazer compras. Falou baixinho no meu ouvido que o troco era meu e podia comprar chocolate e comer, mas devia comer escondido das outras crianças. A bebê fingia que mamava. E gritou socorro para a mamãe que não atendeu. Depois a mãe disse: *vou pegar uma vara para bater em criança teimosa*. A bebê continuou deitada fingindo tomar leite. O pai disse para outro garoto que chegou e incluiu na brincadeira: *ei filho vou ter que bater em você de cinto*. A mãe reforça: *tem que bater porque teimou*. A mãe limpa a casa e diz: *deita aqui, tô limpando, to brava, eu to trabalhando muito e essas crianças ficam bagunçando a casa*. O pai fala: *filha, (para a bebê) vai bebê, toma leite e vamos dormir*. E foi arrumar a cama. A mãe fala: *arruma cama para nós dois, nós dois é casado*, na sequência as orientadoras disseram que estava na hora do banho e desfez a brincadeira.

Não houve interferência dos adultos nesta brincadeira. Existiam meninas e meninos, respectivamente, pai, mãe, bebê e filho. Na fala das crianças ficam evidentes experiências da rotina da instituição e da vivência da família. Exemplo, comer chocolate escondido, pode ser uma reprodução de uma prática comum na instituição, as crianças que recebem visita de familiares ou outros que trazem chocolates, doces e guloseimas que ficam guardados com as tias e só comem na espreita para não mostrar e/ou dividir com todo mundo.



Demonstram que na brincadeira é preciso existir limites entre o real e o imaginário: *aqui leite para nossa filha*, e acrescentou de *mentirinha* para a colega não beber água misturada com terra num frasco. O pai é provedor e assume o controle da casa, ele e mãe concordam que precisam bater em filhos desobedientes. A mãe fala: *vou pegar uma vara para bater em criança teimosa*, o pai ratifica: *ei filho, vou ter que bater em você de cinto*.

### Breves considerações

A dissimulação do mundo de faz-de-conta e de jogos dramáticos pode emprestar às crianças a possibilidade de imitar o mundo dos adultos, interpretando o meio em que vivem, reelaborando situações desconfortáveis, sociabilizando e desenvolvendo a linguagem verbal, a criatividade e os pré-requisitos para o conhecimento sistematizado. (BARBOSA, 2006)

A brincadeira de faz-de-conta imprime significados aos objetos, simula ser outro personagem ou cria contextos imaginários. É uma atividade onde ocorrem interações, resolução de conflitos, assumir papéis e distintos significados.

Arrematando com Sarmiento (2012, p.14) as crianças desenvolvem a sua imaginação a partir do que observam, experimentam, ouvem e interpretam da sua experiência, concomitante, as situações que imaginam, lhes permitem compreender o que observam, interpretando situações e experiências de modo fantasista, até incorporarem como experiência vivida e interpretada.

Este episódio demonstra que a liberdade é um requisito essencial da brincadeira. E que a interação ocorre nos momentos lúdicos, espaço para criatividade, invenção, o mundo do faz-de-conta vivido pela criança, quando inserida num espaço de brincadeiras ou mesmo envolvida com as regras de qualquer jogo infantil, pode representar um fio condutor para o aprendizado, como também uma valiosa experiência emocional, física e social para as crianças.

Neste episódio vivem e protagonizam um cenário de famílias, das quais nem sempre fazem parte de sua experiência de vida, mas é possível justificar a posição de que mesmo a criança que não vive em sua família de origem pode estabelecer, a partir da brincadeira, alguns padrões de interação que dão conta de representar aquilo que para ela tem significado, deseja ou se realiza no imaginário, o modelo de família que ela aspira ou rejeita. Afinal de contas há no espectro de toda brincadeira uma força, para não dizer de uma capacidade de arrebatamento e a criança tenta se realizar no seu mundo lúdico, esse jogo proporciona a fuga do real, encantamento ou evasão.

Château (1987) nos lembra que faz parte da natureza humana o ato de brincar, com a vantagem de favorecer o desenvolvimento. Assim como o adulto elege, às vezes, no jogo o esquecimento de seus problemas e, da mesma forma, o jogo pode ser instrumento de transmutação da realidade, algo que a transpõe a um mundo particular, enquanto que as crianças se realizam plenamente, entregando-se por inteiro ao jogo.



Não seria demasiado dizer que no contexto de abrigos quanto mais as crianças brincam, mais se evidencia a alegria em sua vida social. Percebo que quando a brincadeira torna-se “vigiada”; diferente do acompanhamento e envolvimento necessário por conta da idade; as crianças que a ela se dedicam perdem a graça e o interesse espontâneo, sentimentos próprios do estado puro da brincadeira.

A brincadeira por ser tão significativa na infância, não pode correr o risco de ter naturalizada e subestimada a sua importância. Afinal, qualquer que seja a importância dada pela instituição, elas brincam todo o tempo, nem que para isso tenham que transgredir a regra imposta, como no caso de não brincar meninos e meninas, frente o primeiro descuido, se juntam para compor seus papéis na casinha, como as brincadeiras possuem referências ao mundo real e dos papéis da cultura, precisa de ambos os sexos para compor a família nuclear que faz parte da subjetividade como modelo. Em pesquisa realizada por Oliveira e Gomes (2010) sobre a ludicidade de adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação, os resultados apontaram que eles brincam todo o tempo,

[...] os sujeitos brincam todo tempo e gostam de fazê-lo [...] são capazes de brincar, simbolizar, fazer de conta e fingir, [...] foi possível pinçar que os adolescentes brincam muito na instituição [...] quando estão na cela, inventam, criam e pensam brincadeiras para passar o tempo, brincam na escuridão da noite e, mesmo nesses momentos, eles misturam brincadeiras para sair da rotina, como é o caso da brincadeira de esconde-esconde no interior da cela, que, no escuro, quem esbarra no outro primeiro, de olho fechado e vendado, é que ganhou. Uma mistura de esconde-esconde e pega-pega. Brincam no pátio, fazem corridas, piruetas no ar, pirâmide na piscina, enfim não ficam parados, e na sala de aula se divertem nem que for de jogar papel um no outro [...] (p. 116)

As brincadeiras estão presentes todo o tempo, mesmo que seja necessário, transgredir para brincar, como no caso jogar papel na sala. As crianças pequenas quando não lhes são ofertados brinquedos brincam com o corpo, empurrando, beliscando, o que muitas vezes resultam em brigas e choros.

A experiência lúdica das crianças “aprimonadas” será uma atividade valiosa quando for pensada como algo importante na vida social, afetiva e cognitiva. A brincadeira não vai mudar a história, mas pode ser uma atividade valiosa, e imprescindível para acolhimento, capazes de tornar a permanência e rompimento de vínculos parentais menos dolorosos, e igualmente, preparar para novos vínculos.

Historicamente cunhamos uma infância irregular, invisível, frágil a tal ponto que não é capaz até mesmo de brincar, sendo necessário extrema vigilância. Esta infância atravessada por negatividade, de fato não quer ter visibilidade, prefere o anonimato, mudar de nome e viver no mundo da fantasia. Entretanto, a infância considerada na SI requer um olhar diferenciado e



transformador. Um olhar atento a suas necessidades e desejos, isso requer um grande desafio dentro da instituição, pois pressupõe significativas mudanças nas práticas. Um olhar que busque além do que simplesmente vê, mas que seja capaz de compreender seus sonhos e imaginação. Cumprir plenamente seus direitos com prioridade absoluta.

## Referências

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A educação de crianças pequenas**. São José dos Campos, SP: Pulso, 2006.

BOMBARDA, Fernanda. Do código de menores ao estatuto da criança e do adolescente: um avanço na reinserção social do adolescente em cumprimento da medida sócio-educativa de liberdade assistida? **IV Simpósio Internacional. VII Fórum Nacional de Educação**. Currículo, formação docente, inclusão social, multiculturalidade e ambiente. Qualis Capes ISSN-1982-877X, 25 a 28 maio de 2010.

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 1990.

CHÂTEAU, J. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; LACAZ, Alessandra Speranza; ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 33, ago./dez. 2010.

OLIVEIRA, Sonia C.; GOMES, Cleomar F. Adolescência e ludicidade: jogos e brincadeiras de adolescentes autores de atos infracionais. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A reinvenção do ofício de criança e de aluno. **Atos de Pesquisa em Educação** - PPGE/ME FURB ISSN 1809-0354 v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez. 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança, 2002 (mimeo.). Disponível: [http://cedic.iec.uminho.pt/textos\\_de\\_trabalho/textos/encruzilhadas.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/textos_de_trabalho/textos/encruzilhadas.pdf). Acesso em 05 de outubro de 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e culturas da infância**. <http://www.titosena.faed.udesc.br/>



Arquivos/Artigos infância/Cultura%20na%20Infancia.pdf. Acesso em 22 de julho de 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. ; TOMÁS, Catarina Almeida; SOARES, Natália Fernandes. **Globalização, Educação e (RE) Institucionalização da infância contemporânea.** VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16, 17, e 18 de setembro de 2004. Acesso em 05 de outubro de 2012.

Enviado em: 08/01/2013 Aceito em: 02/05/2103
---